

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA
TURMA VII**

ROBERTA LUCION

**ADEQUAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS À CPC 06 E
CPC 12**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**PATO BRANCO
2011**

ROBERTA LUCION

**ADEQUAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS À CPC 06 E
CPC 12**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista, do Curso de Pós-Graduação em Gestão Contábil e Financeira da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Pato Branco.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Casagrande

PATO BRANCO
2011

TERMO DE APROVAÇÃO

ROBERTA LUCION

ADEQUAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS À CPC 06 E CPC 12

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista, do Curso de Pós-Graduação em Gestão Contábil e Financeira, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Pato Branco, pela seguinte Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Fernande Casagrande
Orientador

Primeiro Membro

Segundo Membro

Pato Branco, 08 de Dezembro de 2011.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA	5
1.2 PROBLEMAS E PREMISSAS	6
1.3 OBJETIVOS.....	6
1.3.1 OBJETIVO GERAL.....	6
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	6
1.4 JUSTIFICATIVA	6
1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	9
2.2 CARACTERÍSTICAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	10
2.3 NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NO BRASIL.....	11
2.4 PRINCIPAIS MUDANÇAS LEI 11.638/2007	12
3 ESTUDO DE CASO	13
3.1 DEMONSTRATIVO NÃO ADEQUADO	14
3.2 APLICAÇÃO CPC 12	14
3.3 APLICAÇÃO CPC 06	15
3.4 DEMONSTRATIVOS: APLICAÇÃO CPC 06 e CPC 12	16
4 RESULTADOS OBTIDOS	18
4.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS.....	20

RESUMO

As habilidades do setor contábil estão sendo cada vez mais requisitadas. Em um mundo sem fronteiras para investidores, à adequação dos demonstrativos contábeis das empresas investidas nos mais variados locais é importantíssima para a análise econômica-financeira. Somente com a padronização é possível compará-las. No Brasil essa harmonização se dá, principalmente, pela Lei 11.638 de 2007. As empresas e os profissionais da área contábil, ainda estão em processo de entendimento e conversão de valores. É um processo moroso, com certos custos e que requer muita atenção, porém almeja resultados favoráveis, tanto para empresários, como investidores e todos os envolvidos e interessados na análise dos demonstrativos contábeis das entidades.

Palavras-chave: Demonstrativos. Harmonização. Normas Internacionais.

1 INTRODUÇÃO

Não é novidade alguma a importância que as demonstrações contábeis têm para seus usuários, bem como à proporção que isso tomou. Acompanhar o desenvolvimento econômico da empresa não é possível sem o auxílio de tais informações.

Com a abertura do mercado nacional a investidores estrangeiros, sendo o inverso válido também, tornou-se trabalhoso e oneroso apresentar as mesmas informações de formas diferentes. Uma para registro no país onde a empresa possui as instalações seja, matriz ou filial, e outra para o país investidor de origem. Dessa forma, as normas internacionais de contabilidade se apresentam visando uma melhor compreensão, padronização de tais demonstrativos e evitando possíveis interpretações distorcidas.

No Brasil essa mudança se dá através, principalmente, da Lei 11.638 de 27/12/2007. Essa normativa institui várias mudanças aos demonstrativos e suas adequações ficam a cargo do profissional contábil. Evidente que todo o processo de harmonização leva certo tempo, pois as empresas ainda estão entendendo como isso acontece, porém o benefício que a padronização trará deve superar o investimento.

Em meio a isso, tem-se como objetivo, portanto, evidenciar as principais mudanças da padronização internacional e compará-las em forma de demonstrativo.

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

A partir do momento que uma organização analisa o desenvolvimento econômico e acompanha o crescimento da empresa através de demonstrativos contábeis eles devem ser absolutamente confiáveis. Ao passo que a organização possui filiais ou investimentos fora das fronteiras de seu país de origem surge a necessidade de um padrão de tais informações. Em nosso país essa uniformidade foi instituída em 2007.

Neste trabalho, apresentam-se as principais mudanças e normas instituídas pela padronização das normas contábeis e seus respectivos impactos nos demonstrativos. A proposta, portanto, deste estudo é demonstrar e comparar como as mesmas informações se dispõem em formatos diferenciados e como o entendimento de tais valores pode ser interpretado.

1.2 PROBLEMAS E PREMISSAS

Tendo como base o contexto acima, identificamos a necessidade de adequar os dados contábeis em demonstrativos de acordo com o padrão internacional, instituído principalmente pelo dispositivo legal de 2007 (Lei 11.638), avaliando o benefício ou malefício de tais mudanças, sendo resposta para o questionamento:

- **Quais as principais mudanças da padronização das normas internacionais de contabilidade? De que forma os demonstrativos são afetados?**

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Apresentar, através de um estudo de caso, as principais mudanças instituídas pela Lei 11.638/2007 e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como análise paralela com as normas vigentes até o ano de 2011.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar as principais mudanças trazidas pela Lei 11.638/2007.
- b) Identificar o demonstrativo não adequado pela padronização.
- c) Adequar tal demonstrativo de acordo com a CPC 06 e CPC 12.
- d) Confrontar a forma de apresentação das mesmas informações, de acordo com a contabilidade tradicional e após adequação da CPC 06 e CPC 12.

1.4 JUSTIFICATIVA

O setor contábil vem conquistando seu merecido espaço na atenção dos sócios e acionistas de grandes, pequenas e médias empresas. Suas informações têm sido cada vez mais solicitadas. Em um mundo sem fronteiras para investidores, a necessidade torna-se mais intensa e a padronização de como dispor os valores ainda mais.

Para tanto, faz-se necessário regras internacionais, pois a forma distinta de apresentação da contabilidade dificulta a análise e comparação de rendimentos e lucratividade

das empresas em diferentes localidades. Com isso, a identificação das mudanças, para a adequação internacional e o que isso impacta na apresentação é de suma importância, sendo a harmonização das informações e o entendimento delas em qualquer parte do mundo como resultado final.

1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As informações para a realização deste trabalho foram obtidas através de pesquisa bibliográfica, apresentadas nos demonstrativos contábeis adequados as normas internacionais de contabilidade. Autores como Paulo Schmidt e Nabil Ahmad Mourad foram pesquisados e citados.

A pesquisa foi aplicada em um demonstrativo contábil, especificamente passivo e DRE (demonstrativo de resultados) não adequados às normas internacionais. Esse demonstrativo foi disponibilizado por uma concessionária de veículos da região centro-sul do estado do Paraná. O valor disposto na conta contábil “Fornecedor Imobilizado” foi atualizado de acordo com as CPC 06 e CPC 12. A taxa de desconto e o prazo do financiamento são os de fato utilizados pela empresa. Com os dados conhecidos, o cálculo foi feito utilizando-se de calculadora com funções financeiras.

Por fim, os valores calculados foram aplicados em um demonstrativo contábil, ou seja, foi lançado o débito e o crédito, respeitando o estabelecido na CPC 06 e CPC 12 e paralelamente em um demonstrativo seguindo os critérios da contabilidade tradicional. Finalizada essa parte, foi possível fazer a análise e comparar as alterações nos dois demonstrativos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As demonstrações contábeis têm por principal objetivo fornecer informações úteis e relevantes para tomada de decisões. Essas mesmas demonstrações possuem vários usuários. Podemos citar entre eles, instituições financeiras, investidores, sócios e acionistas. A análise de tais demonstrativos, só pode refletir uma conclusão real se os demonstrativos apresentarem o resultado de forma confiável.

Para tanto, Marion (2002, p. 125) evidencia que “A palavra *resultado* dá a idéia de um “desempenho” obtido em alguma atividade e é usada no dia-a-dia, mesmo por quem não conhece Contabilidade”. Salientando o significado de resultado, quando Marion (2002, p.

125) diz: “Quando se usa a palavra *resultado*, se está falando, via de regra, no conjunto de operações realizadas pela empresa num determinado período de tempo”.

A análise do resultado exposto nas demonstrações contábeis é uma técnica onde é possível extrair o máximo de informações úteis aos usuários da contabilidade.

Para Franco (1989, p. 93) “analisar uma demonstração contábil é decompô-la nas partes que a formam, para melhor interpretação de seus componentes”.

Para Matarazzo (2003, p. 15) o objetivo da análise das demonstrações contábeis “é extrair informações das demonstrações financeiras para a tomada de decisões”.

Para que tal informação seja apresentada de forma unificada, sendo possível comparar demonstrativos dispostos em formatos diferenciados, é de extrema utilidade, principalmente em casos de investimentos fora do país de origem, que tal demonstrativo seja adequado às Normas Internacionais de Contabilidade, adotando um padrão. Assim, como afirmam Ikuno et. al. (2010, p. 1):

A Contabilidade Internacional tem sido objeto de vários estudos e pesquisas nas últimas décadas, haja vista todo o processo de globalização dos negócios e dos mercados de capitais, e o crescente número de empresas multinacionais e operações transnacionais, levando à necessidade de se buscar uma maior comparabilidade da contabilidade entre os diferentes países.

A harmonização dos demonstrativos contábeis, no Brasil, é apresentada principalmente pela Lei 11.638/2007, que altera a Lei 6.404 de 1976, dispositivo legal que até então regulamentava as sociedades por ações.

Em seu *caput* a Lei 11.638 dispõe: “Altera e vigora dispositivos da Lei n. 6404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n. 6385, de 07 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras”.

Outros órgãos, como CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e CFC (Conselho Federal de Contabilidade) emitem pareceres sobre o assunto.

O projeto de implementação das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil, é considerado um dos mais importantes para o setor, como destaca Mourad et. al. (2010, p. 4):

O projeto de adoção do IFRS deve ser considerado um dos projetos mais importantes da entidade. Isso porque todas as decisões tomadas durante a fase de adoção impactarão a

situação financeira e patrimonial da entidade por um longo período após a adoção inicial do IFRS. É por esse motivo que todo projeto de adoção do IFRS deve ter um cronograma de trabalho formal com etapas e metas a serem atingidas.

Em meio a todo esse processo é possível destacar alguns pontos positivos e alguns pontos negativos, na adoção do IFRS, conforme apresentado no quadro abaixo:

Quadro 1 – Pontos Positivos e Negativos na adoção do IFRS

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Maior transparência para investidores	Pode ocorrer o aumento de alguns custos, como: divulgação de informações contábeis e implementação de sistemas
Comparabilidade com empresas do mesmo segmento em outros países	Grande quantidade de tempo necessário para se adequar às novas rotinas
As grandes economias do mundo estão adotando o IFRS como uma única contabilidade no mundo. A transparência está se tornando muito importante	Com o aumento no volume das divulgações, as entidades deverão entender os impactos para analistas e para o mercado de capitais e decidir sobre divulgações contábeis críticas sobre a posição financeira e patrimonial, gestão de riscos, segmentação e análises de sensibilidade. Na prática, a geração e decisão sobre estas informações a serem divulgadas podem ser consideradas um processo que leva tempo e que deve ser aprovado por diversas partes e pela gerência da entidade
Empresas que possuem IFRS transparecem mais consistência e modernidade	
Com o IFRS, caso a empresa já tenha capital aberto no país onde está estabelecida e queira abrir o capital em outras economias, o processo se torna mais fácil e menos oneroso	

Fonte: Mourad et. al. (2010 p. 5-6)

2.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A utilização das demonstrações contábeis vem ganhando cada vez um espaço maior e podemos destacar como principais usuários investidores institucionais e não institucionais, trabalhadores, entidades financiadoras de recursos, governo, sócios ou acionistas.

Como investidores institucionais podemos citar os fornecedores de capital de risco que estão sempre atentos para o risco que envolve o valor investido. O acompanhamento dos resultados é decisivo para tomar a decisão de investir ou reduzir o investimento no negócio. Trabalhadores e seus representantes estão sempre interessados na estabilidade, crescimento e rentabilidade da empresa, pois dela decorre sua remuneração e a capacidade de gerar novos

empregos. As entidades financeiras, por sua vez, compostas principalmente por bancos ou entidades de financiamentos lhe interessam a capacidade financeira da empresa liquidar seus empréstimos assim como os encargos devidos desses empréstimos.

O governo, uma das partes mais interessadas na capacidade de geração de lucros possui vários meios de fiscalização e controle desse resultado. E, claro, os sócios ou acionistas que desejam e projetam o rendimento do seu valor investido, vêm nos demonstrativos a apuração dessa informação.

Segundo Mourad et. al. (2010, p. 10) “o principal objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição financeira, patrimonial, desempenho e alterações na posição financeira e patrimonial de determinada entidade”.

2.2 CARACTERÍSTICAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para que as demonstrações contábeis atinjam seu objetivo de fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira da entidade, as mesmas devem ser absolutamente confiáveis para que possam refletir a realidade e assim de fato colaborar na tomada de decisões. Para Mourad et. al. há algumas características qualitativas que são atribuídas às demonstrações contábeis, são elas:

1. Compreensíveis

As demonstrações contábeis devem ser de fácil entendimento de seu usuário, mesmo para aqueles que possuem conhecimento razoável de contabilidade.

2. Relevantes

As demonstrações contábeis têm relevância quando ajuda os usuários na avaliação do passado, presente e futuro ou na confirmação de algum evento passado.

3. Material

A informação é material quando sua omissão ou exatidão influenciarem as decisões dos usuários das demonstrações contábeis.

4. Confiáveis

As demonstrações são confiáveis quando estão livres de erros materiais.

5. Comparáveis

Os usuários precisam comparar as demonstrações contábeis de uma entidade com as demonstrações de outra através do tempo para identificar tendências na sua posição financeira e desempenho.

6. Neutralidade

As demonstrações não devem conter nenhuma informação que influencie na tomada de decisão do seu usuário objetivando um fim específico.

As características demonstradas são base, o que sustenta e garante a precisa análise dos valores demonstrados e fornecidos pela contabilidade. Pode-se dizer que são requisitos para interpretá-las. Na falta de um ou mais de tais pontos, a conclusão e a direção a ser tomada pela entidade estará distorcida.

2.3 NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NO BRASIL

No Brasil a Resolução CFC nº 1.055 criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O CPC estuda o preparo e a publicação de novos Pronunciamentos Técnicos que validam a introdução das Normas Internacionais de Contabilidade, também conhecida pela sigla IFRS (*International Financial Reporting Standards*), tratada no decorrer deste artigo apenas como IFRS. O CPC é formado por profissionais e diversos órgãos de classe, incluindo:

- Conselho Federal de Contabilidade (CFC);
- Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon);
- Associação Brasileira de Companhias Abertas (Abrasca);
- Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec Nacional);
- Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa);
- Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras (Fipecafi).

Por meio da Resolução CFC nº 1.103, de 28/09/2007, o CFC também criou o Comitê Gestor da Convergência no Brasil, com o objetivo de introduzir maior transparência nas demonstrações contábeis. O Comitê Gestor é formado por:

- Conselho Federal de Contabilidade (CFC);
- Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon);
- Comissão dos Valores Mobiliários (CVM);
- Banco Central do Brasil (Bacen).

Dentre tantas entidades participantes que emitem diversas ações no mesmo sentido, destacam-se como principais, que de forma mais expressiva emitem ações relacionada às normas internacionais:

- Comunicado nº 14.259, de 10/03/2006, do Banco Central, instituindo adequação das instituições financeiras às regras do IFRS;
- A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu a Instrução CVM nº 457, onde requer as demonstrações contábeis de acordo com o IFRS para as companhias abertas;
- A Superintendência de Seguros Privados (Susep), em sua circular nº 357 de 2007, requer a publicação de demonstrações contábeis consolidadas em IFRS, a partir de 2010;
- A Lei 11.638/2007 introduziu diversos aspectos do IFRS e vem gradualmente harmonizando a implementação do IFRS no Brasil.

A adoção do IFRS deve ser considerada um dos projetos mais importantes da entidade. Isso porque todas as decisões tomadas durante a fase de adoção impactarão a situação financeira e patrimonial por um longo período após a adoção inicial do IFRS. A escolha das políticas contábeis na adoção inicial do IFRS é de extrema importância para qualquer entidade, pois essas políticas podem ser consideradas como o “guia contábil” da entidade por muito tempo.

Em meio a esse processo de alterações há muitos pontos positivos, a maior transparência para investidores, técnicas mais modernas e complexas terão um acesso mais fácil com a padronização contábil e adoção do procedimento pelas grandes economias do mundo são exemplos desses pontos positivos. Em contraponto, o aumento de alguns custos, como divulgação de informações contábeis e implementação de sistemas e grande quantidade de tempo necessário para colocar em prática são alguns exemplos de pontos negativos na adoção do IFRS.

2.4 PRINCIPAIS MUDANÇAS LEI 11.638/2007

As principais alterações trazidas pela Lei 11.638/2007 são:

- Demonstrações financeiras: sai a DOAR (demonstrativo de origens e aplicação de recursos e é incluída a DFC (demonstração de fluxo de caixa), exceto para as companhias de capital fechado com Patrimônio Líquido de até R\$ 2.000.000,00 e as companhias abertas ficam obrigadas a publicar a DVA;
- Ajustes da Escrituração mercantil de acordo com os padrões internacionais de contabilidade;

- Nova classificação do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido;
- Extinção da reserva de reavaliação;
- Criação dos ajustes de avaliação patrimonial;
- Registro do ativo intangível;
- Investimentos sujeitos a avaliação pelo método da equivalência patrimonial;
- Criação da reserva de incentivos fiscais;
- Criação das sociedades de grande porte;
- Obrigatoriedade de empresas LTDA elaborarem as demonstrações das S.A.'s;
- Incorporação, cisão e fusão: balanços a valor de mercado;
- Entidade representativa para pronunciamento técnico.

Observando as principais alterações impostas pela Lei 11.638 de 2007, os prováveis impactos caminham em direção ao maior detalhamento dos valores, como a obrigatoriedade das empresas LTDA elaborarem as demonstrações das S.A.'s.. Devido as novas classificações do ativo, patrimônio líquido e ajuste das escriturações a padrões internacionais, reflete a atualização e integração com a contabilidade mundial.

De fato, tudo tem sua consequência e, portanto, a adequação e atualização de tais disposições da Lei 11.638/2007, cabem ao profissional da contabilidade, sempre aliado a parte informatizada, pois os dois são extremamente ligados no objetivo de atender a entidade da melhor forma possível.

3 ESTUDO DE CASO

Em virtude do grande numero de mudanças, delimitou-se neste estudo em questão, a aplicação de duas CPC's, conforme prevê o Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Na CPC 12, o conceito apresentado é sobre o ajuste a valor presente, sendo ativo e passivo de longo prazo ajustados a valor presente (exceto tributos diferidos) e os de curto prazo quando considerados relevantes. Cabe ressaltar que atualizar ativo ou passivo a valor presente não é equivalente a valor justo, pois valor justo e valor presente não são sinônimos. Em específico, na aplicação dessa CPC, deve-se ter muito cuidado ao avaliar a taxa de desconto a ser utilizada, para que possa refletir o valor mais aproximado da realidade da entidade. A CPC evidencia, ainda, que para fins de desconto a valor presente do ativo ou passivo, a taxa a ser utilizada não deve ser líquida de efeitos fiscais, e, sim, antes dos impostos.

Já a CPC 06 trata das operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17). Nessa CPC é diferenciado o *leasing* financeiro do *leasing* operacional. No *leasing* financeiro o tratamento contábil se dá pela escrituração do bem no ativo imobilizado da empresa, compondo, desta forma o patrimônio, sendo tratado contabilmente, como uma modalidade de financiamento. Já o *leasing* operacional, de forma contrária não faz parte do ativo, sendo seu pagamento contabilizado como despesa corrente do período. É a prática do arrendamento mercantil de fato, com devolução do bem ao final do contrato.

3.1 DEMONSTRATIVO NÃO ADEQUADO

A priori, foi identificado um demonstrativo não adequado ao IFRS. Com base no modelo abaixo apresentado, foi aplicada a CPC 06 e a CPC 12.

Tabela 1 – Demonstrativo Não Adequado ao IFRS

ATIVO	4.030.002,29	PASSIVO	4.030.002,29
ATIVO CIRCULANTE	2.712.145,45	PASSIVO CIRCULANTE	1.758.479,14
FINANCEIRO	81.258,51	FINANCEIRO	871.313,81
Caixa/Bancos	81.258,51	OPERACIONAL	684.936,45
OPERACIONAL	941.403,81	Fornecedores	684.936,45
ESTOQUES	1.689.483,13	PASS. NÃO CIRCULANTE	2.271.523,15
ATIVO NÃO CIRCUL.	1.317.856,84	NÃO CIRCULANTE	635.000,00
REAL. LONGO PRAZO	1.317.856,84	Fornecedor Imobiliz.	635.000,00
CRÉD. LONGO PRAZO	108.558,93	PATRIMONIO LIQUIDO	1.636.523,15
IMOBILIZADOS	1.209.297,91	CAPITAL SOCIAL	1.636.523,15
Veículos	635.000,00		

Fonte: Concessionária de Veículos do Centro-Sul do PR.

3.2 APLICAÇÃO CPC 12

No demonstrativo apresentado acima foi aplicada a CPC 12, conforme disposição anterior. O cálculo se dará na conta contábil “Fornecedor Imobilizado”, disposta no passivo não-circulante, sob a qual será aplicado o percentual de 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento), decorrente de financiamento direto na fábrica. O prazo é de 48 (quarenta e oito) meses.

Aplicando os percentuais estabelecidos, os valores são apresentados da seguinte forma:

Tabela 2 – Lançamento Contábil na aquisição de Ativo Imobilizado

Contabilidade - “Tradicional”	Contabilidade – Adoção CPC 12
Fornecedor Imobilizado	
Saldo (VF): R\$ 635.000,00	VP F. Imob.: R\$ 422.990,29
Taxa 0,85%: R\$ 212.009,71	Prazo: 48 Meses
D – Ativo Imobilizado: R\$ 635.000,00	D – Ativo Imobilizado: R\$ 635.000,00
C – Fornecedor Imobiliz.: R\$ 635.000,00	C – Fornecedor Imobiliz.: R\$ 635.000,00
	D – Juros a Transcorrer: R\$ 212.009,71
	C – Ajuste Av. Patrim.: R\$ 212.009,71
	<u>Apropriação Juros</u>
	D – Despesa Financeira: R\$ 4.416,87
	C – Juros a Transcorrer: R\$ 4.416,87

Fonte: Autoria própria

De acordo com a CPC 12 a operação comercial que se caracterize como de financiamento, deve ser reconhecida como tal, sendo que para fins contábeis, o valor consignado no documento fiscal deve ser decomposto. Segundo ainda a instrução contida na CPC 12, os juros embutidos devem ser separados do custo de aquisição das mercadorias e devem ser apropriados pela fluência do prazo. No entanto o que prevalece é a essência sobre a forma, sendo mantido, nesse exemplo, o custo de aquisição e seus juros contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial e apropriados no decorrer do tempo.

3.3 APLICAÇÃO CPC 06

Observando o conceito e disposições da CPC 06, supondo que a compra dos veículos para uso nas atividades da empresa, no valor de R\$ 635.000,00, tenha sido através da operação financeira *leasing*, no prazo de 48 meses, a escrituração da aquisição e do primeiro pagamento seria apresentada no seguinte formato:

Tabela 3 – Lançamento Contábil na aquisição de Ativo Imobilizado via operação *Leasing*.

Contabilidade - “Tradicional”	Contabilidade – Adoção CPC 06
D – Desp. c/ Arrendamento Mercantil	D – Ativo Imobilizado: R\$ 635.000,00
C – Banco/Caixa	C – Fornecedor Imobiliz.: R\$ 635.000,00
Valor: R\$ 13.229,17	D – Juros a Transcorrer: R\$ 212.009,71
	C – Ajuste Av. Patrim.: R\$ 212.009,71
	<u>Pagamento/Apropriação Juros</u>
	D – Fornecedor Imobiliz: R\$ 13.229,17
	C – Banco/Caixa: R\$ 13.229,17
	D – Despesa Financeira: R\$ 4.416,87
	C – Juros a Transcorrer: R\$ 4.416,87

Fonte: Autoria própria

Na adoção da CPC 06 o valor que afeta o resultado é de apenas R\$ 4.416,87 (quatro mil, quatrocentos e dezesseis reais e oitenta e sete centavos), mantendo o bem em seu ativo, e, ao contrário, sem sua adoção o resultado é impactado em R\$ 13.229,17 (treze mil, duzentos e vinte e nove reais e dezessete centavos), sendo desconsiderado o bem como patrimônio. Ou seja, além do seu ativo estar avaliado em menor valor, o resultado reduz em decorrência da parcela abatida integralmente no lucro.

3.4 DEMONSTRATIVOS: APLICAÇÃO CPC 06 e CPC 12

Após aplicação da CPC 06 e CPC 12, em especial a CPC 06, o mesmo demonstrativo fica disposto em formas diferentes, conforme apresentado na Tabela 04, a seguir:

Tabela 4 – Comparação Demonstrativos Contábeis (Ativo, Passivo e DRE).

Contabilidade - "Tradicional"

ATIVO	3.381.773,12
ATIVO CIRCULANTE	2.698.916,28
FINANCEIRO	68.029,34
Caixa/Bancos	68.029,34
OPERACIONAL	941.403,81
Contas a Receber	879.590,08
Outros Créditos	61.813,73
ESTOQUES	1.689.483,13
ATIVO NÃO CIRCUL.	682.856,84
REAL. LONGO PRAZO	682.856,84
CRÉD. LONGO PRAZO	108.558,93
IMOBILIZADOS	574.297,91
Veículos	-

PASSIVO	3.395.002,29
PASSIVO CIRCULANTE	1.758.479,14
FINANCEIRO	871.313,81
OPERACIONAL	684.936,45
Fornecedores	684.936,45
OBRIG. TRABAL.	166.177,14
OBRIG. FISCAIS	36.051,74
PASS. NÃO CIRCULANTE	1.636.523,15
NÃO CIRCULANTE	1.636.523,15
Fornecedor Imobiliz.	-
(-) Juros a Transcorrer	-
PATRIMONIO LIQUIDO	1.636.523,15
CAPITAL SOCIAL	1.636.523,15
AJ. AV. PATRIMONIAL	-

D.R.E.	
DESP. OPERACIONAIS	- 13.229,17
Desp. Operacionais	- 13.229,17
Arrend. Mercantil	- 13.229,17
RESULT. FINANCEIRO	-
Receitas Financeiras	-
Receita Financeira	-
Despesas Financeiras	-
Despesas Financeira	-

(=) Lucro/Prejuízo - 13.229,17

Ativo 3.381.773,12
Passivo + DRE 3.381.773,12

Contabilidade - Adoção CPC 06 e CPC 12

ATIVO	4.016.773,12
ATIVO CIRCULANTE	2.698.916,28
FINANCEIRO	68.029,34
Caixa/Bancos	68.029,34
OPERACIONAL	941.403,81
Contas a Receber	879.590,08
Outros Créditos	61.813,73
ESTOQUES	1.689.483,13
ATIVO NÃO CIRCUL.	1.317.856,84
REAL. LONGO PRAZO	1.317.856,84
CRÉD. LONGO PRAZO	108.558,93
IMOBILIZADOS	1.209.297,91
Veículos	635.000,00

PASSIVO	4.021.189,99
PASSIVO CIRCULANTE	1.758.479,14
FINANCEIRO	871.313,81
OPERACIONAL	684.936,45
Fornecedores	684.936,45
OBRIG. TRABAL.	166.177,14
OBRIG. FISCAIS	36.051,74
PASS. NÃO CIRCULANTE	414.177,99
NÃO CIRCULANTE	414.177,99
Fornecedor Imobiliz.	621.770,83
(-) Juros a Transcorrer	- 207.592,84
PATRIMONIO LIQUIDO	1.848.532,86
CAPITAL SOCIAL	1.636.523,15
AJ. AV. PATRIMONIAL	212.009,71

D.R.E.	
DESP. OPERACIONAIS	-
Desp. Operacionais	-
Arrend. Mercantil	-
RESULT. FINANCEIRO	- 4.416,87
Receitas Financeiras	-
Receita Financeira	-
Despesas Financeiras	- 4.416,87
Despesas Financeira	- 4.416,87

(=) Lucro/Prejuízo - 4.416,87

Ativo 4.016.773,12
Passivo + DRE 4.016.773,12

Fonte: Autoria Própria

4 RESULTADOS OBTIDOS

No que tange a CPC 12 é possível evidenciar que na contabilização tradicional, conhecida e praticada de forma absoluta até a integração do IFRS, os bens adquiridos, através de financiamento, seriam contabilizados no patrimônio da empresa pelo valor integral da dívida, neste caso, por R\$ 635.000,00 (seiscentos e trinta e cinco mil reais), tendo sua contrapartida no passivo em longo prazo. Seu pagamento se daria em 48 (quarenta e oito) parcelas acordadas e sua dívida abatida proporcional a 1/48 (um quarenta e oito avos). Na adoção das especificações do IFRS, a contabilização segue as normas estabelecidas pelo ajuste a valor presente. Com taxas e prazo expostos, o valor dos juros obtido foi de R\$ 212.009,71, sendo o valor da dívida atualizada, portanto R\$ 422.990,29. A contabilização se dá de forma igual inicialmente, porém, o valor dos juros é contabilizado em conta redutora da dívida lançada em longo prazo e sua contrapartida se dá como crédito no Patrimônio Líquido. Com o passar do tempo, os juros a transcorrer são apropriados na proporção de 1/48 (um quarenta e oito avos) e considerados como despesa financeira.

Referente à aplicação da CPC 06, onde temos os valores e contabilização da aquisição de veículos mediante operação de *leasing*, na contabilidade tradicional encontramos o valor integral da parcela (total da dívida dividido em quarenta e oito parcelas iguais) lançado no resultado. O ponto principal nessa comparação é o fato de não ocorrer o registro do bem no ativo imobilizado, não o considerando como patrimônio da empresa, justificado pelo contrato de arrendamento mercantil. Do outro lado, foi apresentado o lançamento conforme a operação de *leasing* financeiro, onde prevê a escrituração do bem. No resultado da empresa, impacta somente os encargos devido ao pagamento parcelado. Na contabilidade tradicional o resultado seria afetado três vezes mais, por conta da contabilização integral da parcela do arrendamento mercantil.

4.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de adequação às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) é um processo moroso, com custos e que requer muita atenção do responsável. As empresas brasileiras ainda estão em momento de entendimento de como isso acontece e lentamente aderindo às imposições.

Embora alguns cálculos pareçam inviáveis em um primeiro momento, pois a contabilidade que está em andamento requer muito mais trabalho do que o início de uma, nos

casos de novas empresas, seu impacto é visível na apresentação das demonstrações. A proposta de harmonização dos demonstrativos nos foi apresentada com boas perspectivas e é o que se espera ver na prática. Como exemplo, podemos citar o demonstrado no artigo em questão, a contabilização dos bens adquiridos via operação de *leasing*. Sabemos que o arrendamento mercantil em sua essência não deixou de existir, pois é praticado através do *leasing* operacional. O que de fato ficou claro foi à distinção entre a operação financeira e a operacional, visto que muitas empresas se utilizam dessa opção por vantagens contratuais e não com intenção de devolver o bem no final do contrato.

Em suma, evidenciado o resultado e alcançado o objetivo em apresentar as principais alterações no que diz respeito à IFRS e a comparação dos demonstrativos, tem-se que as empresas e os profissionais contadores que as atendem precisam estar atualizados e mais do que nunca acompanhar toda a transição de normas. Muitas entidades expedindo regulamentações, muitas informações, muitas alterações e muitas dúvidas, é o que vivenciamos no dia a dia da profissão contábil. Isso não necessariamente é ruim, significa que o setor está evoluindo no país, buscando acompanhar o que há de mais novo e considerado desenvolvido no momento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 11.638, de 28 de Dezembro de 2007**. Site do Planalto. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm>. Acesso em: 08 Nov. 2011.

FRANCO, Hilário. **Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços**. 12. Ed. São Paulo: ATLAS, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades : de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 1. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. xxviii, 794 p. ISBN 9788522459124.

IKUNO, Luciana M., NIYAMA, Jorge K., BOTELHO, Ducineli R., SANTANA, Claudio M. **CONTABILIDADE INTERNACIONAL: Uma Análise da produção científica sobre nos principais periódicos internacionais da área (2000 a 2009)**, Out. 2010. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos102010/262.pdf>>. Acesso em: 08 Nov. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTADORES. **Normas internacionais de contabilidade**. São Paulo: IBRACON, 1998. 570 p.

MARION, José C., IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Comercial**. 5. Ed. São Paulo: ATLAS, 2002.

MATARAZZO, Dante C.. **Análise Financeira de Balanços, Abordagem Básica e Gerencial**. 6. Ed. São Paulo: ATLAS, 2003.

MOURAD, Nabil Ahmad; PARASKEVOPOULOS, Alexandre (Autor). **IFRS: introdução às normas internacionais de contabilidade**. 2. Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. xix, 169 p. ISBN 9788522460977.

MOURAD, Nabil Ahmad; PARASKEVOPOULOS, Alexandre. **IFRS: normas internacionais de contabilidade para instrumentos financeiros IAS 32, IAS 39 e IFRS 7**. São Paulo: Atlas, 2010. 214 p.

SCHMIDT, Paulo. **Contabilidade Internacional Avançada: Combinação de Negócios Consolidação das Demonstrações Financeiras Equivalência Patrimonial: Contempla as Normas Brasileiras Internacionais e Nort**. São Paulo: Atlas, 2004. 490 p. ISBN 85-224-3884-6

